

CAPÍTULO A4

CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS

4.1 Informações Gerais da Área do Estudo

4.1.1 Condições Gerais

A Área do Estudo consiste da microrregião de Marabá, localizada a 500 km a sudeste de Belém, com uma superfície aproximada de 20 mil km², sendo composta por 5 municípios. A "microrregião" não constitui uma divisão política e administrativa, mas sim um conjunto de comunidades geograficamente agrupadas. O município de Marabá é o centro da microrregião, onde cruzam a ferrovia do Carajás, a rodovia Belem-Santana do Araguaia (PA-150) e a rodovia Transamazônica .

A microrregião de Marabá possui uma população aproximada de 190 mil habitantes (1996), tendo a densidade demográfica média de 9,5 habitantes/ km². A maior parte da população, exceto a população urbana de Marabá, dedica-se a atividades ligadas direta ou indiretamente à agropecuária. Registra-se na microrregião, uma explosão populacional desde a década de 80, com uma taxa de crescimento anual acima de 11% ao ano (1996).

Os 5 municípios da Área do Estudo apresentam os seguintes perfis gerais : (1966)

Tabela A4.1-1 Dados Básicos da Área do Estudo (1996)

Item / Município	Marabá	São João do Araguaia	São Domingos do Araguaia	Brejo Grande do Araguaia	Palestina do Pará	Microrregião de Marabá
Área (sq.km)	15,158	1,275	1,365	1,185	988	19,971
População (habitantes)	150,095	8,116	17,993	6,529	6,085	188,818
Densidade demográfica (hab./ km ²)	9.9	6.4	13.2	5.5	6.2	9.5
População urbana (%)	82	26	41	58	58	74
População rural (%)	18	74	59	42	42	26

Fonte : Coordenadoria de Estatística Estadual - CEE, IDESP, 1999

4.1.2 Histórico do Desenvolvimento Regional

A Área do Estudo teve a economia regional desenvolvida através do extrativismo tradicional de produtos florestais tais como látex de borracha natural e castanha-do-brasil entre outros. A partir da década de 60, vem desenvolvendo-se rapidamente o setor agropecuário, principalmente associado a projetos de colonização. E na década de 70, a atividade extrativista começou a ser substituída pela exploração de madeiras e pela pecuária, ambas em grande escala, recebendo também a chegada de garimpeiros de ouro na Serra Pelada. Conseqüentemente o desflorestamento começou a ser sentido e, em especial, ganhou ritmo mais acelerado devido à construção da rodovia Transamazônica.

Além disso, a construção da ferrovia de Carajás, na segunda metade da década de 80, acelerou ainda mais o desenvolvimento regional, provocando o aumento populacional. No município de Parauapebas, adjacente ao sul de Marabá, localiza-se a maior parte da província mineral de Carajás, considerada a mais rica do mundo em minério de ferro e, em Marabá foi instalado um

pólo siderúrgico para processar o minério oriundo de Carajás. A Microrregião de Marabá prevê um rápido crescimento econômico no futuro próximo.

4.1.3 Condições Econômicas

A Área do Estudo é potencialmente rica em minérios considerados estratégicos para o desenvolvimento econômico do Estado e Amazônia oriental. O extrativismo da borracha, do diamante, da castanha e da madeira, tiveram sua época áurea. A pecuária, foi introduzida na região de uma forma muito expressiva, sendo hoje a principal atividade econômica da região, concorrendo em termos de importância com a mineração.

Marabá conta com o Distrito Industrial instalado pela Companhia de Desenvolvimento Industrial (CDI). Com a implantação do Programa Grande Carajás pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a indústria minero-metalúrgica foi incluída no perfil econômico da região. A atividade industrial conta ainda com os setores madeireiro, da construção civil e de produção de telhas e tijolos.

A cidade de Marabá, como centro da microrregião, constitui um ponto importante na malha viária, onde se cruzam as rodovias Belém - Santana do Araguaia (PA-150), Transamazônica (BR-230) e Marabá - Dom Eliseu (BR-222) e, a ferrovia de Carajás. A BR-230 dá conexão em Dom Eliseu e a BR-222 em Imperatriz (MA) respectivamente com a BR-010 (Belém - Brasília). Além disso a BR-153 liga São Domingos do Araguaia a São Geraldo do Araguaia. Por outro lado, a ferrovia de Carajás liga Carajás a São Luís (MA). No modal aéreo, Marabá possui uma estrutura aeroportuária que permite o pouso e decolagem de aviões de grande porte, ligando a Belém, Brasília e outras cidades.

4.1.4 Condições Socioeconômicas dos Municípios

(1) Município de Marabá

Dos 5 municípios que compõem a Área do Estudo, o de Marabá é o maior. Possui uma superfície de 15.200 km² e uma população aproximada de 150 mil habitantes (1996). A sede do município é o centro socioeconômico da microrregião de Marabá.

O município de Marabá é estendido da porção central para a ocidental da microrregião, ocupando mais da metade da área total dela. A sede do município é localizada a aproximadamente 475 km ao sul de Belém, sendo ligada pela rodovia estadual PA-150 que conta com dois pontos de travessia fluvial. É na sede de Marabá que a rodovia Transamazônica cruza com a ferrovia de Carajás.

(2) Município de São João do Araguaia

O município de São João do Araguaia possui uma área de aproximadamente 1.300 km² e uma população de aproximadamente 8.100. A sede do município situa-se numa localidade isolada, sendo cerca de 25 km afastada da Transamazônica. O município, situado no ponto de confluência dos rios Araguaia e Tocantins, vem servindo, há vários séculos, como entreposto de transporte fluvial entre as áreas da região. Porém, devido ao declínio do transporte fluvial nos últimos anos, o cais não está sendo mais utilizado. As principais atividades econômicas do município são a agricultura e a pesca.

(3) Município de São Domingos do Araguaia

O município de São Domingos do Araguaia, localizado a cerca de 50 km da cidade de Marabá, situa-se ao longo da rodovia Marabá - São Geraldo do Araguaia. A estrada é pavimentada até o município de São Geraldo do Araguaia, situado a aproximadamente 100 km para o sul e serve como um ponto de trânsito no fluxo de cargas entre Marabá e o Estado do Tocantins. O município de São Domingos do Araguaia ocupa uma superfície aproximada de 1.400 km² e possui uma população de 18.000 habitantes. A agropecuária é sua principal atividade econômica.

(4) Município de Brejo Grande do Araguaia

O município de Brejo Grande do Araguaia localiza-se na porção leste da Área do Estudo, com a sede do município situada em um ponto ligeiramente afastado para o sul da rodovia Transamazônica, sendo aproximadamente 100 km da sede de Marabá. Antigamente o município possuía uma área bastante extensa, mas através de anexações e desmembramentos, transformou-se em um município de pequeno território. Ocupa uma superfície aproximada de 1.200 km² e possui uma população de aproximadamente 6.500 habitantes. A principal atividade econômica do município é a agropecuária, porém parte da população utiliza os ônibus que operam na rodovia Transamazônica para ir trabalhar no município de Marabá e em suas áreas vizinhas.

(5) Município de Palestina do Pará

O Município de Palestina do Pará, localizado no extremo leste da Área do Estudo, é um novo município instalado em 1991, através de desmembramento do município de Brejo Grande do Araguaia. A sede do município situa-se a aproximadamente 5 km ao sul da rodovia Transamazônica. Ocupa uma superfície aproximada de 1.000 km² e possui uma população de aprox. 6.100 habitantes. A prefeitura municipal e outros órgãos administrativos ainda não têm estrutura adequada, sendo portanto insuficientes as informações e dados pertinentes ao município. A principal atividade econômica é a pecuária e, possui poucas áreas cultivadas para agricultura devido às condições topográficas onde predominam relevos acidentados e terras rochosas.

Tabela A4.1-2 Condições Socioeconômicas dos 5 Municípios

Item / Município	Marabá	São João do Araguaia	São Domingos do Araguaia	Brejo Grande do Araguaia	Palestina do Pará
População (habitantes)	150.095	8.116	17.993	6.529	6.085
Homem	75.679	4.349	9.385	3.397	3.118
Mulher	74.416	3.767	8.608	3.132	2.967
Número de Famílias	32.089	1.756	3.635	1.373	1.248
Número de membros de Família	4.66	4.60	4.92	4.74	4.8
Proporção de migrantes (%)	15.7	12.9	15.5	1.9	6.7
Número de empresas privadas	1.423	8	37	16	17
Número de empregados	8.911	18	56	124	133

Fonte : Base de Informações Municipais (IBGE de Fontes Variáveis 1996)

4.2 Informações Gerais dos Assentamentos

A Área do Estudo é caracterizada por inúmeros assentamentos implantados nesta região, abrigando a grande contingência de moradores, o que influencia fundamentalmente os aspectos sociais, econômicos e ambientais da região. Com o objetivo de desenvolver os projetos de assentamentos, foi instalada superintendência do INCRA em Marabá, que passou a controlar os projetos na região sul do Pará.

Os projetos de colonização tiveram início na década de 60 quando a rodovia Transamazônica estava em construção. Posteriormente, na década de 70, ao passo do desenvolvimento econômico da região, foi introduzido o programa de receber colonos originários de outras regiões. Os projetos recentes são direcionados para atender o movimento principalmente ligado ao MST.

A tabela abaixo mostra o quadro geral dos projetos de assentamentos na Área do Estudo, segundo dados e informações fornecidas pelo INCRA (2001).

Tabela A4.2-1 Quadro Geral dos Assentamentos

No.	Município	Áreas de Assentament. (ha)	No de Famílias	População Estimada*	Observação
1	Marabá	356,279	9,478	37,912	57 Assent.
2	São João do Araguaia	28,606	929	3,716	6 Assent.
3	São Domingos do Arag.	45,500	1,158	4,632	8 Assent.
4	Brejo Grande do Arag.	7,200	144	576	1 Assent.
5	Palestina do Pará	13,715	373	1,492	4 Assent.
	Total	451,300	12,082	48,328	76 Assent.

4.3 Condições da Infra-estrutura Social

Quanto à infra-estrutura social na Área do Estudo, o município de Marabá tem condições destacadas em comparação com os outros 4 municípios, que estão de modo geral em condições insuficientes. Porém, mesmo em Marabá, as partes relativamente bem estruturadas são encontradas apenas na área urbana de Marabá e sua periferia. As condições de infra-estrutura pioram quanto mais no oeste do município e, não há quase nada estruturado no extremo oeste. Também nos outros 4 municípios, em geral, as condições de infra-estrutura têm níveis inferiores em proporção à distância da área urbana de Marabá. Sendo assim, no extremo leste do município de Palestina do Pará, as condições são as piores.

As condições de infra-estrutura na Área do Estudo são apresentadas a seguir (Figura A4.3-1).

Em geral, todos os 5 municípios possuem infra-estrutura para energia elétrica e abastecimento de água, exceto esgotos, com condições relativamente satisfatórias nas áreas urbanas, mas nas áreas rurais as condições são precárias, inclusive as estradas vicinais. Estabelecimentos de ensino também têm boas condições nas áreas urbanas e precárias nas áreas rurais.

4.4 Condições do Uso das Terras

4.4.1 Uso das Terras

Na Área do Estudo, as áreas utilizadas para a atividade agropecuária são de 890 mil ha, ocupando 45% da área total da microrregião de Marabá. Estas áreas são especialmente concentradas nos municípios de Brejo Grande do Araguaia (89%) e de São Domingos do Araguaia (81%). Por outro lado, encontram-se pouco na porção ocidental do município de Marabá. Esta distribuição representa o fato de que a porção oriental da microrregião detém a menor proporção da floresta remanescente e a porção ocidental tem o maior índice da mesma.

Tabela A4.4-1 Uso das Terras para Atividade Agropecuária

Item / Município	Marabá	São João do Araguaia	São Domingos do Araguaia	Brejo Grande do Araguaia	Palestina do Pará	Microrregião de Marabá
Área (ha)	1.515.800	127,500	136.500	118.500	98.800	1.997.100
Área Utilizada para Agropecuária (ha) (%)	535.375 (35)	93.591 (73)	110.827 (81)	105.266 (89)	54.407 (55)	889.466 (45)

Fonte : IBGE (Base de Informações Municipais, 1997)

4.4.2 Uso das Terras para Agropecuária e Modalidade de Produção

Na Área do Estudo, as áreas utilizadas para pastos ocupam a maior extensão, representando aprox. 51% da área total. Em segundo lugar, as florestas naturais exploradas para extrativismo ocupam aprox. 39%. Estas proporções diferem muito dos dados correspondentes do Pará, sendo 24% e 53% respectivamente. As áreas de cultivo perene e temporário ocupam apenas 2,4% do total.

As áreas utilizadas são, em média, consideravelmente pequenas, a despeito de estarem situadas na região amazônica com abundantes recursos territoriais.

Cultivo perene :	1,9 ha	Pastos :	134,7 ha
Cultivo não perene :	5,6 ha	Floresta natural :	104,0 ha
Pastos naturais:	52,9 ha	Reflorestamento :	23,6 ha

Em termos de número de produtores rurais por modalidade de produção, o maior é de pecuaristas, sendo seguido por agricultores de cultivo temporário e extrativistas, com pequena diferença entre as modalidades. Por outro lado, as áreas utilizadas por produtores pecuaristas são 20 vezes maiores das áreas de cultivo perene e temporário.

4.5 Condições Fundiárias

4.5.1 Histórico

Na etapa inicial dos projetos de colonização, iniciada na segunda metade da década de 50, as terras foram demarcadas em lotes de 3.000 a 250.000 ha cada. Com o aumento demográfico ocorrido na década de 70, os lotes passaram a ter de 50 a 200 ha cada. E durante a construção da Transamazônica, colonos foram instalados em lotes com área de 100 ha cada ao longo da estrada. Na década de 80, começou a surgir invasões e ocupações de latifúndios pelo Movimento dos Sem-terra, chamando a atenção da sociedade brasileira que considera a

situação um problema social.

A questão fundiária constitui hoje um assunto crítico nos aspectos social e político. As atividades de invasão e ocupação de terras pelos sem-terra, desenvolvidas tanto no Pará inclusive na Área do Estudo como nos outros estados, não só prejudicam a segurança pública e o desenvolvimento econômico regionais, mas também causam desflorestamento e degradação das áreas sujeitas.

4.5.2 Posse e Controle de Terras

No Brasil, desde o período colonial, passando pela ditadura militar recente, até hoje democratizado, a imensa área de terras incógnitas nunca receberam o adequado controle sistemático. Também as pessoas não davam a importância nem se preocupavam com a devida regularização de propriedades, devido à baixa valorização de terras. Porém existem até hoje diversos sistemas e legislações referentes à questão fundiária.

Em geral, as propriedades são classificadas em dois grupos : as áreas públicas e as privadas. As áreas públicas estão sob a jurisdição dos seguintes órgãos :

- a. INCRA : Áreas de assentamentos e áreas federais em geral.
- b. ITERPA : Áreas estaduais.
- c. FUNAI : Reservas indígenas (sob a jurisdição federal).
- d. Governos municipais : Áreas municipais.
- e. Órgãos especiais federais e estaduais : parques nacionais, reservas ecológicas e florestas nacionais, etc.

Exceto as áreas expressamente definidas como áreas de jurisdição desses órgãos, é difícil de identificar a propriedade das terras, portanto essas terras tornam-se alvo de invasão e ocupação ou de conflitos. Quando surge um conflito pelas terras ou uma obtenção de título é solicitada, a investigação oficial é iniciada. Porém, mesmo nas áreas tituladas, há divergência entre órgãos competentes quanto à definição da divisa de lotes, deixando criar muitos pedaços de áreas repetidas e/ou omitidas.

Conforme o levantamento feito em 1983 pelo ITERPA e IBGE, as terras do Pará estão sob a jurisdição de diversos órgãos como relacionadas na tabela abaixo.

Tabela A4.5-1 Áreas de Jurisdição

	km ²	%
Área Total do Estado do Pará	1.253.164,50	100,00
Área do ITERPA (Estado)	371.563,27	29,7
Área da União	881.601,23	70,3
INCRA	542.493,40	43,4
FUNAI	88.849,36	7,1
GETAT	166.169,62	13,3
GEBAM	3.007,60	0,24
Aeronáutica	1.629,11	0,13
Reservas Florestais	23.308,86	1,9
Faixa de Fronteira	54.387,34	4,3

Fonte : ITERPA e IBGE, Nosso Pará No. 03

Obs. : GETAT : Grupo Executivo das Terras do Araguaia,
GEBAM : Grupo Executivo para Região do Baixo Amazonas

De acordo com este levantamento, as áreas sob a jurisdição do ITERPA e INCRA incluem propriedades privadas.

4.5.3 Obtenção, Registro e Compra/Venda das Terras

As propriedades das terras estão controladas pela Procuradoria Geral da República. O título de propriedade é instalado no ato de registro efetuado em cartório de registro de imóveis. Acesso ao livro de registros pode ser feito através de solicitação devidamente formulada, porém é extremamente difícil ter-se uma visão clara da real situação fundiária.

INCRA e ITERPA reservam os direitos de vender ou transferir as áreas públicas sob a sua jurisdição para usuários através de projetos de desenvolvimento ou de uma série de trâmites de solicitação de título, a fim de promover a ação de desenvolvimento. O usuário que adquiriu a terra pode obter a referida área como sua propriedade privada, sob alguns requisitos, através de registro de propriedade no cartório. O ITERPA tem a competência de conceder gratuitamente até 100 ha de área após ter confirmada que a referida área seja estadual. Quando se trata de uma área de 100 a 2.500 ha, a área pode ser vendida, porém há que se completar procedimentos formais.

De acordo com a regulamentação do INCRA, o lote alocado a assentados (com área de 25 a 100 ha, sendo 40 ha em média) torna-se propriedade privada do assentado, quando cumprir o vencimento de pagamento, completar o procedimento jurídico e desde que o lote esteja sendo explorado para atividade agrícola conforme estipulado em contrato. O prazo de pagamento varia entre 1 a 12 anos contados a partir da emissão do título provisório. O título legal da propriedade vigora assim que o registro no cartório for completado.

Por outro lado, o ITERPA inicia o trabalho de confirmação das áreas estaduais a partir da investigação dos arquivos de registros das propriedades privadas encontrados em cartório competente da referida região. Quando uma propriedade privada não estiver utilizada por seu proprietário e for ocupada por invasores e, se decorrer 5 anos sem nenhum procedimento jurídico, o ITERPA pode comprar a referida área do proprietário a fim de transferi-la ou vendê-la para o usuário, atendendo a solicitação dele.

Desta forma, a privatização de terras diminui as áreas públicas, em especial, no Pará anualmente cerca de 1% das áreas estaduais estão sendo transformadas em propriedades privadas. Porém existem assentados que optam por não permanecer na terra e revendem seus lotes e, está acontecendo uma relativização, devido a compra de vários lotes por um único proprietário.

4.5.4 Propriedade das Terras

O Censo Agropecuário de 1996 demonstra que a maioria de produtores rurais da Área do Estudo possui sua própria propriedade. Há também agricultores que cultivam em terras arrendadas, parceiros e ocupantes.

Tabela A4.5-2 Número de Produtores segundo a Propriedade das Terras (1996)

	Pará	Área objeto do Estudo	Marabá	São João do Araguaia	S. Dom. do Araguaia	Brejo G. do Araguaia	Palestina do Pará
Proprietário (Nº)	171.406	3.942	1.732	587	971	368	284
Área (ha)	21.472.911	912.965	529.282	93.513	110.752	125.012	54.407
Área média (ha)	125,3	231,6	305,6	159,3	114,1	339,7	191,6
Arrendatário (Nº)	980	10	9	-	-	1	-
Área (ha)	34.326	581	508	-	-	73	-
Área média (ha)	35,0	58,1	56,2	-	-	73,0	-
Parceiro (Nº)	1.188	11	11	-	-	-	-
Área (ha)	117.189	1.166	1.166	-	-	-	-
Área média (ha)	98,6	106,0	106,0	-	-	-	-
Ocupante (Nº)	32.830	121	101	8	2	10	-
Área (ha)	895.804	4.753	4.419	78	75	182	-
Área média (ha)	27,3	39,3	43,8	9,8	37,5	18	-
Total (Nº)	206.404	4.084	1.853	595	973	379	284
Área Total (ha)	22.520.230	919.465	535.375	93.591	110.827	125.267	54.407
Área Média (ha)	109	225	289	157	114	331	192

Fonte : Censo Agropecuário 1995/1996

4.6 Posição da Área do Estudo

A microrregião de Marabá, que é a Área do Estudo, situa-se no sudeste do Pará, fazendo fronteira a leste com o estado do Tocantins através do rio Araguaia. A sede de Marabá é o centro socioeconômico da microrregião e, nela cruzam a rodovia Transamazônica e a ferrovia de Carajás. Esta região vem sendo influenciada diretamente pelo Projeto Carajás centralizado na mineração em Carajás. A área urbana de Marabá serve como centro de desenvolvimento de Carajás, ao mesmo tempo, centro do fluxo de cargas ligadas às atividades produtivas da região.

O desenvolvimento da microrregião foi sempre ligado à questão fundiária. A partir da década de 70, quando se iniciou o desenvolvimento essencial, podem ser divididas em três épocas : do aforamento de terras (década de 70), da conflito pelas terras (década de 80) e da conversão para a agricultura familiar (década de 90 até hoje).

A evolução do desenvolvimento econômico desta região iniciou-se com a mineração e a atividade agrosilvopastoril através do uso dos recursos naturais existentes na região, ou seja, os recursos minerais e florestais respectivamente, sendo seguido pelos setores secundário e terciário relacionados. Os recursos minerais poderão ser exaustos futuramente, porém a atividade agrosilvopastoril é possível de ser desenvolvida com sustentabilidade através do uso adequado dos recursos naturais renováveis. A Área do Estudo tem a caracterização socioeconômica como abaixo descrita :

a) Existência de muitos problemas sociais : a influência em grande escala do Projeto Carajás; o acentuado crescimento demográfico; muitas ocorrências de invasão e ocupação de terras pelos Sem-Terra; muitas incidências de conflito pelas terras.

b) A grande maioria da população é de migrantes das outras regiões, sem conhecimentos sobre as condições naturais locais e os sistemas tradicionais de produção. Eles incluem desde latifundiários (donos de fazendas pecuaristas) até assentados e ocupantes originários da região nordeste do Brasil.

c) A região que foi desenvolvida desde os tempos remotos e que tem a maior área degradada na Amazônia.

d) O desmatamento das florestas continuam com o ritmo acelerado para a produção de madeiras, a expansão de pastagens e a implantação de novos assentamentos.

e) Dos 5 municípios da microrregião, o de Marabá é destacado em áreas, população e aspectos socioeconômicos, exercendo grande influência para toda a região. Por outro lado, os restantes 4 municípios estão longe das condições do Marabá.

f) Desde a época da construção da rodovia Transamazônica, foram e estão sendo implantando inúmeros projetos de colonização e assentamentos distribuídos na toda a parte da microrregião.

g) Os assentados vão se embora muitas vezes quando têm algum problema de vida ou na produção. Nas áreas rurais os empregos são limitados, causando uma grande contingência de desempregos potenciais.

h) Em geral, as condições de infra-estrutura e sociais são precárias, em termos de estradas, abastecimento de água, saneamento, energia elétrica, armazenamento e transporte. Em especial, o município de Palestina do Pará, situado no extremo leste da microrregião, as condições são extremamente precárias, sendo considerado o mais pobre.

i) Grande número de ocorrências da malária na toda a microrregião, em especial no município de Palestina do Pará e nos assentamentos.

j) Localidades relativamente favoráveis no que se refere ao setor de transporte, servido pela rodovia Transamazônica, ferrovia de Carajás e o sistema hidroviário do Araguaia-Tocantins.

4.7 Planos De Desenvolvimento

4.7.1 Síntese do Plano de Desenvolvimento do Município de Marabá

O desenvolvimento da agropecuária municipal como nos demais municípios do sul e sudeste do Pará retrata problemas das mais variadas ordens, sendo os mais freqüentes aqueles que estão relacionados ao nível de organização entre os produtores rurais, e ao baixo nível tecnológico, principalmente, o processo produtivo, a infra-estrutura existente no município insuficiente para atender a demanda e os relacionados a comercialização.

Esse quadro vem se agravando ao longo do tempo e até os dias de hoje não se tem um diagnóstico da realidade e seus efeitos sobre a pequena produção familiar no município e região. Em vista disso tornou-se necessário que deveria ser tomadas medidas urgente para sanear essa situação que este setor estava enfrentando.

No dia 02 e 03.03.98, nas dependências da Secretaria Municipal de Agricultura - SEAGRI, aconteceu o I Encontro para Reformulação do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural -PMDR de Marabá, que contou com a participação de agricultores, produtores rurais, trabalhadores rurais, pecuaristas representantes do Executivo Municipal, organizações não governamentais, além de entidades de classes tais como: Associações, Secretarias, Fundação e Sindicatos entre outros.

O Seminário teve como principal objetivo propor soluções alternativas para os problemas enfrentados pelos produtores rurais, que realizam agricultura familiar na área rural do município e dentre as alternativas que foram discutidas nesse encontro optou-se pelas mais prioritárias pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural-CMDR, que será inserido no Plano de Desenvolvimento que são as seguintes:

1. Agricultura Integrada e Solidária
2. Unidade de Referência Tecnológica da Agricultura Familiar
3. Recuperação de Áreas Alteradas pela Introdução de sistema agroflorestais
4. Beneficiadoras comunitárias de produtos agrícolas
5. Verticalização da produção de frutas
6. Infra-estrutura necessária ao desenvolvimento rural
7. Estação de Caprinocultura
8. Expansão da Caprinocultura no município de Marabá
9. Estação de Piscicultura
10. Piscicultura Comunitária
11. Curral Comunitário
12. Estação de Inseminação Artificial Comunitário
13. Mini-Laticínios Comunitários
14. Fomento a suinocultura em Marabá
15. Fomento a criação de galinha caipira
16. Implantação da cafeicultura no município
17. Fomento a fruticultura na propriedade particular
18. Microsistemas de abastecimento de água nas comunidades rurais
19. Extensão da rede de distribuição e tratamento de água nas comunidades rurais
20. Capacitação e profissionalização de produtores rurais
21. Assistência técnica e extensão rural na propriedade familiar
22. Programa permanente de sanidade animal- Propasa
23. Alfabetização de agricultores adultos
24. Zoneamento agroecológico do município
25. Casulo
26. Enriquecimento da capoeira para uso múltiplo
27. Projeto de Execução Descentralizada-PED
28. Irrigação de pequenas áreas plantadas
29. Construção de açudes na pequena propriedade rural
30. Perfuração de poços artesianos na pequena propriedade rural
31. Programa piloto de produção de mudas de café
32. Hortas escolares
33. Curso de horticultura nas escolas
34. Implantação do Núcleo de Paisagismo de Marabá
35. Escola Fazenda
36. Laboratório de Mudas e Sementes Florestais e o;
37. Programa de fortalecimento das associações comunitárias rurais-PROFAC.

4.7.2 Síntese do Plano de Desenvolvimento do Município de S.João doAraguaia

O setor produtivo familiar no Município de S. João do Araguaia está sendo obstaculizado em função da baixa capacidade produtiva da lavoura, a organização dos produtores e dos dependentes da infra-estrutura. A projeção da tendência atual desses fatores, tem colocado a economia rural num processo de quase estagnação e pobreza que poderá comprometer seriamente a sobrevivência dos núcleos urbanos ao longo da rodovia Transamazônica.

Contudo , a superação desse quadro está diretamente ligada a implementação de ações direcionadas às causas desses problemas, capazes de promover o desenvolvimento sustentável da produção familiar, contribuindo dessa maneira para o desenvolvimento geral do município e da região.

Diante desse quadro os produtores tem levantado inúmeras experiências de caráter político econômico, e produziram alternativas como forma de superar a situação que atualmente este setor se encontra. Dessa maneira, o processo de desenvolvimento rural proposto, passa fundamentalmente pela implementação de uma série de programas e projetos que propõem ações ao incentivo á produção de culturas alimentares, sistemas agroflorestais, criação racional de peixe, apoio ao associativismo e a comercialização, infra-estrutura para as comunidades rurais, a fim de acessar o homem do campo ao mercado e elevar seu nível de conscientização, profissionalização e renda.

Neste contexto, a proposta ora apresentada, desenvolvida segundo as regras básicas de visualização e da participação como preconizada pela metodologia ZOPP, propõe um conjunto composto por 27 perfis de projetos, previstos para serem executados no quadriênio 1998-2001, os quais na medida em que forem sendo implementados, pretende-se que tenha minimizado os processos de empobrecimento e de degradação ambiental , contando com isso com a participação e coordenação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural-CMDR e a participação de todos os setores envolvidos direta e indiretamente com a consolidação da presente proposta, e sua estrutura programática , é a seguinte:

1. Infra – Estrutura necessária ao desenvolvimento da produção agropecuária;
2. Reorientação da distribuição das Escolas Rurais;
3. Telefonia Rural;
4. Reestruturação da Assistência Técnica e Extensão Rural;
5. Modernização dos Sistemas de Produção;
6. Recuperação de áreas degradadas;
7. Utilização de sistemas agroflorestais para recuperação de áreas degradadas;
8. Implantação de política de crédito rural adequada a realidade regional;
9. Reflorestamento social;
10. Agricultura de subsistência integrada;
11. Controle de zoonoses do rebanho bovino;
12. Produção de mudas de frutíferas e essenciais florestais;
13. Treinamento de mão-de-obra rural;
14. Piscicultura comunitária;
15. Elaboração de plano sustentado da pesca;
16. Construção do Matadouro Municipal;
17. Agroindustrialização de frutas regionais;
18. Casa de farinha comunitária;

19. Incentivo a instalações de laticínios;
20. Implantação de políticas de incentivo a agroindustrialização;
21. Financiamento a agricultura e a pesca;
22. Formações de preço de mercado;
23. Feira do produtor rural;
24. Cantina comunitária;
25. Organização dos produtores e da produção;

4.7.3 Síntese do Plano de Desenvolvimento do Município de S. Domingos do Araguaia

A pequena produção familiar no Município de S. Domingos do Araguaia, enfrenta problemas das mais variadas ordens, dentre os mais frequentes podemos relacionar, os decorrentes do baixo nível de organização da produção na zona rural, a baixa tecnologia ligados ao processo produtivo a infra-estrutura inexistente no município e a comercialização. Diante desse quadro tornou-se necessário que medidas fossem tomadas para que reverteresse esse quadro..

Diante do exposto foi elaborado um diagnóstico municipal que foi realizado nas dependências da paróquia de São Domingos do Araguaia o I Encontro para formulação do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural que contou com a participação de 227 (duzentos e vinte e sete) pessoas, divididas entre agricultores, produtores rurais, trabalhadores rurais, representantes do executivo e legislativo do município, organização não governamentais, além de entidades de classes e os objetivos foram os seguintes: identificar as demandas que obstaculizam o desenvolvimento agrário municipal; estimular o diálogo e a participação dos grupos comunitários; oportunizar a participação de representantes dos Municípios de São João do Araguaia e Palestina do Pará, com o proposito de replicar a experiência nesses municípios; integrar diversos setores da sociedade; e coletar subsídios para a formulação do Plano Municipal.

Desta maneira, a proposta apresentada, concebida a partir de planejamento participativo, onde os produtores rurais e suas entidades representativas foram os principais atores, enfeixam um conjunto composto por quatorze perfis de projetos prioritários pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural- CEMDR, previstos para serem executados n período de 1998-2001, conforme demonstra abaixo, os quais, na medida que forem alcançados os resultados preconizados, estancará o processo de empobrecimento e de degradação ambiental do município e região.

1. Viveiro de produção de Mudas Frutíferas, Florestais e Industriais;
2. Recuperação de áreas Alteradas através de Sistemas de Policultivo;
3. Melhoria das Condições de Auto-Abastecimento Familiar;
4. Cantinas Comunitárias;
5. Verticalização da Produção de Frutas;
6. Beneficiadoras Comunitárias de Produtos Agrícolas;
7. Infraestrutura necessária ao Desenvolvimento das Comunidades Rurais;
8. Construção do Matadouro Municipal;
9. Piscicultura Familiar Comunitária;
10. Captação de Água Pequena Propriedade Rural;
11. Curral Comunitário;
12. Estação de Insiminação Artificial para Rebanho Bovino;
13. Microssistemas de Abastecimento de Água nas Comunidades Rurais e;
14. Capacitação e Profissionalização de Produtos Familiares.

4.7.4 Síntese do Plano de Desenvolvimento do Município de Brejo Grande

A história da agricultura familiar no Brasil e em particular ao município, e a reforma agrária, mostra o quanto tem sido desequilibrada as políticas públicas nestas direções. Enquanto se dispõe de recursos suficientes para garantir o acesso à terra a um número de famílias cada vez maior, faltam recursos para a infraestrutura, o volume de crédito, embora importante, não atinge todas as famílias e a assistência técnica é deficitária.

O acesso a terra, sem os recursos necessários para explorá-la, condena os produtores rurais a situação de empobrecimento. O crédito, sem uma orientação técnica que garanta sua aplicação racional, além de acarretar desperdícios de recursos, inviabiliza o resgate de investimentos e a sustentabilidade dos agricultores.

Diante desses problemas tornou-se necessário que fosse elaborado o Plano Municipal de Desenvolvimento do Município e tentasse priorizar algumas ações prioritárias para o desenvolvimento do município que foram as seguintes:

1. Equipar a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural –EMATER, com uma boa infraestrutura para acompanhar os trabalhos realizados pelos produtores rurais da região;
2. Construção de centros de treinamentos de produtores rurais equipados com infra-estrutura para formação e treinamento dos produtores e seus familiares;
3. Implantação de casas de farinha com equipamentos modernos em várias localidades da zona rural;
4. Implantação de máquinas despolpadeiras de frutas;
5. Aquisição de burros com carroças para transporte de mandioca e outros produtos;
6. Reformas nos postos de saúde e equipar com material de urgência e emergência;
7. Construção de escolas profissionalizantes (agrotécnica);
8. Aquisição de um veículo e equipe odontológica para atender as pessoas da zona rural e;
9. Construção de microsistema de abastecimento de águas nas comunidades rurais.

4.7.5 Síntese do Plano de Desenvolvimento do Município de Palestina do Pará

Em função da pequena produção familiar no Município de Palestina do Pará, onde enfrenta problemas das mais variadas ordens dentre os mais frequentes podemos relacionar: os provenientes do baixo nível de organização dos produtores rurais, o baixo nível tecnológico, ligados ao processo produtivo e a quase inexistência de infra-estrutura existente no município bem como a sua comercialização com os municípios vizinhos é que, tornou-se necessário diante deste quadro, a elaboração de um plano para o desenvolvimento do município, visando detectar os possíveis problemas enfrentados fazendo um diagnóstico real de sua situação, bem como encontrar soluções para viabilizar a economia deste município.

Diante da problemática identificada, torna-se indispensável o apoio a título de cooperação financeira do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Fundo Constitucional do Norte (FNO), Fundo de Desenvolvimento Educacional (FAE), Programa de Apoio à Produção Agrícola em Comunidade da Amazônia (PAGRI), Programa de Educação Profissional (PEP), Programa Nacional de Irrigação (PRNI), Fundo Nacional do Café (FUNCAFÉ), Programa de Infra-Estrutura (PRO-INFRA), Programa de Moradia (PRO-MORADIA), Recursos do Orçamento da União (OGU), Programa de Desenvolvimento Extrativista (PRODEX) e Fundo de Desenvolvimento do Estado (FDE)

com o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais e o desenvolvimento auto-sustentado no Município de Palestina do Pará.

Diante da situação exposta foram selecionados 23 Projetos prioritários pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), para ser inserido no Plano de Desenvolvimento do Município de Palestina do Pará, que foram os seguintes:

1. Infra-estrutura necessária ao desenvolvimento rural;
2. Unidade de referência da agricultura familiar;
3. Assistência técnica e extensão rural na propriedade rural;
4. Viveiros comunitários de produção de mudas;
5. Incentivo a fruticultura na propriedade familiar;
6. Implantação da Cafeicultura;
7. Curral comunitário;
8. Melhoria da eficiência reprodutiva e do padrão genético do rebanho bovino;
9. Captação de água na pequena propriedade rural;
10. Feira do produtor rural;
11. Piscicultura familiar comunitária;
12. Implantação de mini-laticínios comunitários;
13. Implantação de unidades de beneficiamento comunitários de produtos agrícolas;
14. Agroindustrialização de frutas;
15. Microsistemas de abastecimento de água comunitários;
16. Capacitação e profissionalização de produtores familiares;
17. Regularização fundiária;
18. Programa permanente de controle de zoonoses de rebanho bovino;
19. Recuperação de áreas alteradas;
20. Construção do matadouro municipal;
21. Gestão atrimonial: demarcação da área patrimonial do município;
22. Zoneamento agro-ecológico do município e um Casulo.

4.8 Condições dos Assentamentos na Microrregião de Marabá

(1) Município de Marabá

No.	Projetos de Assentamento	Area (ha)	Familia	População Estimada*
1	Alto Bonito	4,892	163	652
2	Alegria	3,600	96	384
3	Arraialândia	6,871	174	696
4	Barro Preto	2,499	70	280
5	Boa Esperanca	3,489	116	464
6	Beira Rio	1,935	54	216
7	Bom Jardim de Voltinha	2,999	84	336
8	Brasil Novo	2,642	88	352
9	Burgo	1,428	59	236
10	Cabanagem	2,436	60	240
11	Cachoeira Preta	2,160	60	240
12	Carima	1,946	40	150
13	Casa Blanca	1,690	54	216

No.	Projetos de Assentamento	Area (ha)	Familia	População Estimada*
14	Castanheira	7,200	102	408
15	Cedrinho	3,077	75	300
16	Cinturão Verde I	42,000	500	2,000
17	Cinzeiro	25,340	361	1,444
18	Conquista	2,745	86	344
19	Cupu	7,986	206	824
20	Do Meio	2,999	84	336
21	Dos Bandeirantes	4,500	128	512
22	Dourada	2,197	54	216
23	Escada Alta	3,160	100	400
24	Estrela do Norte	5,292	99	396
25	Frutão	20,503	512	2,048
26	Gameleira Acu	2,999	84	336
27	Geladinho Murumuru	29,550	880	3,520
28	Goianos	5,247	79	316
29	Grande Vitoria	4,463	106	424
30	Iguaçú	1,076	72	288
31	Itacaiúnas	5,426	129	516
32	Itacaiúnas-Açu	4,245	84	336
33	Itaperuna	2,725	80	320
34	Jerusalem	2,155	43	172
35	Lana	2,370	54	216
36	Lagedo	8,558	171	684
37	Maravilha	10,255	249	996
38	Murajuba	2,483	88	352
39	N.So.APARECIDA	1,714	34	136
40	Palmares	20,405	876	3504
41	Pataua	6,774	158	632
42	Princesa	3,585	85	340
43	Rio Blanco	12,000	238	952
44	Rio Preto Malha II	5,318	98	392
45	Sao Pedro/Sabino	2,315	76	304
46	Sta Maria do Itacaiuna	1,967	55	220
47	Serra Azul	3,363	128	512
48	Sereno	33,060	539	2156
49	Tamboril	15,192	230	920
50	Tartaruga	3,565	100	400
51	Terra Roxa	2,999	84	336
52	Valentin Serra	2,369	79	316
53	Uniao	2,474	81	324
54	Vinagre	3,183	57	228
55	Volta do Tapirapé	20,608	588	2352
56	Volta Grande	14,255	396	1584
57	Voltinha do Itacaiúnas	1,562	32	128
	Total	356,279	9,478	37,912

(2) Município Sao Joao do Araguaia

No.	Projetos de Assentamento	Area (ha)	Familia	População Estimada*
1	1 de Março	10,960	350	1,400
2	Araras	5,058	96	384
3	Moreschi	3,820	127	508
4	Pimenteira	3,468	137	548
5	Primavera do Araguaia	3,600	171	684
6	21 de ABRIL	1,700	48	192
	Total	28,606	929	3,716

(3) Município Sao Domingos do Araguaia

No.	Projetos de Assentamento	Area (ha)	Familia	População Estimada*
1	Paulo Fonteles	17,572	350	1,400
2	Belo Horizonte	3,600	102	408
3	Beth	1,369	45	180
4	Brasil Espanha	3,600	120	480
5	Croá	1,564	46	184
6	Dito Barracas	3,600	88	352
7	Ubá	4,289	140	560
8	Veneza	9,856	267	1,068
	Total	45,500	1,158	4,632

(4) Município Brejo Grande do Araguaia

No.	Projetos do Assentamento	Area (ha)	Familia	População Estimada*
1	Castanheira II	7,200	144	576
		7,200	144	576

(5) Município Palestina do Para

No.	Projetos de Assentamento	Area (ha)	Familia	População Estimada*
1	Rio Mar	3,633	101	404
2	Açaizal	3,216	101	404
3	Angical	4,882	127	508
4	Embaubal	1,984	44	176
		13,715	373	1,492

Fonte : INCRA 2001 * JICA Investigaçao 4 Perssoes/ Familia

4.9 Dados Estatísticos

4.9.1 Finanças Públicas

(1) Município de Marabá

Arrecadação Estadual, Federal e Municipal - 1995-98

Anos	Estadual(R\$)	Federal(R\$)	Municipal(R\$)
1995	22.192.930,00	5.454.317,00	...
1996	24.755.008,06	3.148.029,00	...
1997	...	9.192.695,00	...
1998	...	9.865.198,00	...

Fonte: Ministério da Fazenda / SEFA / SEFIN ; Tabulação: SEPLAN / Estatística

Arrecadação de ICMS por Setor de Atividade - 1995-98

Anos	Primário(R\$)	Secundário(R\$)	Terciário(R\$)*
1995	870.128,75	4.155.686,50	15.919.520,07
1996	1.251.058,52	4.401.079,88	17.833.201,43
1997	957.072,38	4.832.658,90	10.038.973,94
1998	459.165,53	3.906.935,20	8.119.478,06

Fonte: SEFA Tabulação: SEPLAN / Estatística *inclusive outros setores

Transferências Do ICMS, FPM e IPI Exportação - 1995-98

Anos	Transferência do ICMS (R\$ 1,00)	Transferência do FPM (R\$ 1,00)	Transferência do IPI Exportação
1995	3.543.885,00	8.640.023,00	...
1996	4.112.135,31	9.774.792,05	...
1997	3.737.091,19	9.999.495,11	425.728,45
1998	3.819.843,27	12.377.057,06	393.053,65

Fonte: SEFA/TCU Tabulação: SEPLAN / Estatística

(2) Município de São João do Araguaia

Arrecadação Estadual, Federal e Municipal - 1995-96

Anos	Estadual(R\$)	Federal(R\$)	Municipal(R\$)
1995	51.245,00	38.311,00	...
1996	73.567,54	80.483,00	...

Fonte: Ministério da Fazenda / SEFA / SEFIN Tabulação: IDESP/CEE

Arrecadação de ICMS por Setor de Atividade - 1995-96

Anos	Primário(R\$)	Secundário(R\$)	Terciário(R\$)*
1995	44.856,00	-	2.075,18
1996	60.357,07	5.711,09	10.501,18

Fonte: SEFA Tabulação: IDESP/CEE *inclusive outros setores

Arrecadação e Transferências do ICMS e FPM - 1995-96

Anos	Arrecadação Estadual Total (R\$ 1,00)	Arrecadação do ICMS (R\$ 1,00)	Transferência do ICMS (R\$ 1,00)	Transferência do FPM (R\$ 1,00)
1995	51.245,00	48.165,00	87.310,00	1.618.391,00
1996	73.567,54	71.315,77	101.309,48	1.830.937,02

Fonte: SEFA/TCU Tabulação: IDESP/CEE

(3) Município de São Domingos do Araguaia

Arrecadação Estadual, Federal e Municipal - 1995-96

Anos	Estadual(R\$)	Federal(R\$)	Municipal(R\$)
1995	202.163,00	9.426,00	...
1996	212.740,34	21.337,00	...

Fonte: Ministério da Fazenda / SEFA / SEFIN Tabulação: IDESP/CEE

Arrecadação de ICMS por Setor de Atividade - 1995-96

Anos	Primário(R\$)	Secundário(R\$)	Terciário(R\$)*
1995	17.881,73	158.283,81	18.419,76
1996	23.849,97	147.191,41	31.784,14

Fonte: SEFA TABULAÇÃO: IDESP/CEE *inclusive outros setores

Arrecadação e Transferências do ICMS e FPM - 1995-96

Anos	Arrecadação Estadual Total (R\$ 1,00)	Arrecadação do ICMS (R\$ 1,00)	Transferência do ICMS (R\$ 1,00)	Transferência do FPM (R\$ 1,00)
1995	202.163,00	195.234,00	160.517,00	1.153.977,00
1996	212.740,34	203.288,31	186.255,00	1.307.812,16

Fonte: SEFA/TCU Tabulação: IDESP/CEE

(4) Município de Brejo Grande do Araguaia

Arrecadação Estadual, Federal E Municipal - 1995-96

Anos	Estadual(R\$)	Federal(R\$)	Municipal(R\$)
1995	113.186,00	14.829,00	...
1996	322.126,18	10.510,00	...

Fonte: Ministério da Fazenda / SEFA / SEFIN; Tabulação: IDESP/CEE

Arrecadação De ICMS por Setor de Atividade - 1995-96

Anos	Primário(R\$)	Secundário(R\$)	Terciário(R\$)*
1995	97.191,81	182,28	13.893,47
1996	251.475,14	2.510,72	53.842,75

Fonte: SEFA; Tabulação: IDESP/CEE; *inclusive outros setores

Arrecadação e Transferências do ICMS e FPM - 1995-96

Anos	Arrecadação Estadual Total (R\$ 1,00)	Arrecadação do ICMS (R\$ 1,00)	Transferência do ICMS (R\$ 1,00)	Transferência do FPM (R\$ 1,00)
1995	113.186	111.289	140.393	1.387.184
1996	322.126,18	319.158,54	162.904,18	1.569.374,55

Fonte: SEFA/TCU; Tabulação: IDESP/CEE

(5) Município de Palestina do Pará

Arrecadação Estadual, Federal e Municipal - 1995-96

Anos	Estadual(R\$)	Federal(R\$)	Municipal(R\$)
1995	15.455,00	6.252,00	...
1996	35.303,41	4.567,00	...

Fonte: Ministério da Fazenda / SEFA / SEFIN; Tabulação: IDESP/CEE

Arrecadação de ICMS por Setor de Atividade - 1995-96

Anos	Primário(R\$)	Secundário(R\$)	Terciário(R\$)*
1995	2.758,76	70,27	11.498,55
1996	16.635,43	1.271,01	33.594,11

Fonte: SEFA; Tabulação: IDESP/CEE *inclusive outros setores

Arrecadação e Transferências Do ICMS e FPM - 1995-96

Anos	Arrecadação Estadual Total (R\$ 1,00)	Arrecadação do ICMS (R\$ 1,00)	Transferência do ICMS (R\$ 1,00)	Transferência do FPM (R\$ 1,00)
1995	15.455,00	14.376,00	141.185,00	693.592,00
1996	35.303,41	34.291,78	163.823,50	784.687,28

Fonte: SEFA/TCU ; Tabulação: IDESP/CEE

4.9.2 Demografia

(1) Município de Marabá

População, Área e Densidade Demográfica - 1995-98

Anos	População (Hab.)	Área (Km²)	Densidade
			(Hab/Km²)
1995*	151.374	15.157,90	9,99
1996	150.095	15.157,90	9,90
1997*	156.685	15.157,90	10,34
1998*	162.236	15.157,90	10,70

Fonte: IBGE/SEPLAN * População Estimada; Tabulação e Cálculo: SEPLAN / Estatística

População Urbana e Rural-1995-96/98

Anos	Urbana	Rural	Total
1995*	124.127	27.247	151.374
1996	123.378	26.717	150.095
1998*	133.358	28.878	162.236

Fonte: IBGE * População Estimada; Tabulação e Cálculo: SEPLAN / Estatística

População Estimada, por Sexo - 1996

Masculino	Feminino	Total
75.679	74.416	150.095

Fonte: IBGE Elaboração: SEPLAN / Estatística

Habitantes por Unidades Domiciliares -1996

População (Hab.)	Unidades Domiciliares	Hab. p/ Unidades Domiciliares
150.095	32.325	4,64

Fonte: IBGE ; Tabulação e Cálculo: SEPLAN / Estatística

(2) Município de São João do Araguaia

População, Área e Densidade Demográfica - 1995-96

Anos	População (Hab.)	Área (Km ²)	Densidade (Hab./Km ²)
1995*	6.667	1.274,99	5,23
1996	8.116	1.274,99	6,37

Fonte: IBGE/IDESP ; Tabulação: IDESP/CEE *População Estimada

População Urbana e Rural - 1995-96

Anos	Urbana	Rural	Total
1995*	467	6.200	6.667
1996	2.087	6.029	8.116

Fonte: IBGE ; Elaboração: IDESP/CEE *População Estimada

População Residente, por Sexo - 1996

Masculino	Feminino	Total
4.349	3.767	8.116

Fonte: IBGE ; Tabulação: IDESP/CEE

Habitantes por Domicílio - 1995-96

Anos	População (Hab.)	Número de Domicílios	Habitantes por Domicílios
1995*	6.667	1.720	3,88
1996	8.116	1.764	4,60

Fonte: IBGE ; Tabulação: IDESP/CEE *População Estimada

(3) Município de São Domingos do Araguaia

População, Área e Densidade Demográfica 1996

População (Hab.)	Área (Km ²)	Densidade (Hab./Km ²)
17.993	1.365,23	13,18

Fonte: IBGE/IDESP ; Tabulação: IDESP/CEE

População Urbana e Rural - 1995-96

Anos	Urbana	Rural	Total
1995*	-	-	17.206
1996	7.465	10.528	17.993

Fonte: IBGE Elaboração: IDESP/CEE *População Estimada

População Residente, Por Sexo - 1996

Masculino	Feminino	Total
9.385	8.608	17.993

Fonte: IBGE Elaboração: IDESP/CEE

Habitantes por Domicílio - 1996

População (Hab.)	Número de Domicílios	Habitantes por Domicílios
17.993	3.668	4,9

Fonte: IBGE Tabulação: IDESP/CEE

(4) Município de Brejo Grande do Araguaia

População, Área e Densidade Demográfica - 1995-96

Anos	População (Hab.)	Área (Km ²)	Densidade (Hab./Km ²)
1995 *	6.157	1.185,38	5,19
1996	6.529	1.185,38	5,51

Fonte: IBGE/IDESP; Tabulação: IDESP/CEE * População Estimada

População Urbana e Rural- 1995-96

Anos	Urbana	Rural	Total
1995 *	1.662	4.495	6.157
1996	3.766	2.763	6.529

Fonte: IBGE; Elaboração: IDESP/CEE ; * População Estimada

População Residente , Por Sexo - 1996

Masculino	Feminino	Total
3.397	3.132	6.529

Fonte: IBGE ; Elaboração: IDESP/CEE

Habitantes por Domicílio - 1996

População (Hab.)	Número de Domicílios	Habitantes por Domicílios
6.529	1.384	4,72

Fonte: IBGE ; Tabulação: IDESP/CEE

(5) Município de Palestina do Pará

População, Área e Densidade Demográfica - 1996

População (Hab.)	Área (Km ²)	Densidade (Hab./Km ²)
6.085	991,62	6,14

Fonte: IBGE/IDESP ; Tabulação: IDESP/CEE

População Urbana e Rural - 1995-96

Anos	Urbana	Rural	Total
1995*	-	-	5.310
1996	3.542	2.543	6.085

Fonte:IBGE ; Elaboração: IDESP/CEE *População Estimada

População Residente, por Sexo - 1996

Masculino	Feminino	Total
3.118	2.967	6.085

Fonte: IBGE ; Elaboração: IDESP/CEE

Habitantes por Domicílio - 1996

População (Hab.)	Número de Domicílios	Habitantes por Domicílios
6.085	1.288	4,72

Fonte: IBGE ; Tabulação: IDESP/CEE

4.9.3 Saúde

(1) Município de Marabá

Unidades De Atendimento e Leitos - 1994/97

Estabelecimentos	Número	
	1994	1997
Posto de saúde	15	8
Centro de Saúde	1	8
Unidade Mista	2	1
Hospital e Clínica	11	3
Laboratório	0	6
Outros	1	3
Leitos	301	223

Fonte: SESPA Elaboração: SEPLAN / Estatística

Leitos por Habitantes – 1995-98

Anos	Número de Leitos	População (hab.)	Leitos/1000 hab.
1995	204	151.374	1.34
1996	219	150.095	1.45
1997	251	156.685	1.60
1998	237	162.236	1.46

Fonte: SESPA Elaboração e Calculos: SEPLAN/Estatística

Corpo Clínico e Pessoal Auxiliar - 1995/97

Corpo Clínico e Pessoal Auxiliar	Número	
	1995	1997
Assistente Social	1	1
Médicos	4	5
Enfermeiros	8	5
Auxiliar de Enfermagem	6	5
Agente de Saúde	3	6
Médico Veterinário	2	1
Farmacêutico Bioquímico	1	1
Odontólogo	4	3
Farmacêutico	1	1
Técnico em Patologia Clínica	2	1
Outras Categorias	27	1

Fonte: SESPA Elaboração: SEPLAN / Estatística

Morbidade - 1995-96

Especificação	Número	
	1995	1996
Tuberculose	103	87
Hanseníase	384	471
Doença Meningocócica	10	3
Menigite Não Meningocócica	14	6
Leishmaniose	318	107
Hepatite Infecciosa	85	66
Leptospirose	2	0

Especificação	Número	
	1995	1996
Malária	28.140	15.786
Doença Diarréica	249	406
Coqueluche	0	1
Tétano	1	3
Dengue	0	8

Fonte: SESPA Elaboração: SEPLAN / Estatística

(2) Município de São João do Araguaia

Unidade de Atendimento - 1994

Estabelecimento	Número
Hospital	1
Posto de Saúde	6
Centro de Saúde	2
Unidade Mista	1

Fonte: SESPA ; Tabulação: IDESP/CEE

Leitos por Habitantes - 1994

Número de Leitos	População (Hab.)	Leitos/1000 Habitantes
22	6.404	3,44

Fonte: SESPA/IBGE ; Tabulação: IDESP/CEE

Taxa de Natalidade, Mortalidade e Mortalidade Materna, Infantil e Fetal - 1994

Taxa de Natalidade			Taxa de Mortalidade			Mortalidade		
Número de Nascimento	População	Taxa(%)	Número de Óbitos	População	Taxa(%)	Materna	Infantil	Fetal
96	6.404	1,50	8	6.404	0,125	0	0	1

Fonte: SESPA/IBGE ; Tabulação: IDESP/CEE

Corpo Clínico e Pessoal Auxiliar 1995

Corpo Clínico e Pessoal Auxiliar	Número
Médicos	1
Enfermeiros	1
Agente de Saúde	3
Outras Categorias	10

Fonte: SESPA ; Tabulação: IDESP/CEE

(3) Município de São Domingos do Araguaia

Taxa de Natalidade, Mortalidade e Mortalidade Materna, Infantil e Fetal - 1994

Taxa de Natalidade			Taxa de Mortalidade			Mortalidade		
Número de Nascimento	População	Taxa(%)	Número de Óbitos	População	Taxa(%)	Materna	Infantil	Fetal
311	16.524	188	10	16.524	0,061	-	-	-

Fonte: SESPA/IBGE Tabulação: IDESP/CEE

Corpo Clínico e Pessoal Auxiliar 1995

Corpo Clínico e Pessoal Auxiliar	Número
Médicos	1
Auxiliar de Enfermagem	10
Agentes de Asúde	4
Assistente Social	1
Tec. em Patologia Clínica	1
Odontólogo	1
Outras Categorias	42

Fonte: SESPA ; Tabulação: IDESP/CEE

(4) Município de Brejo Grande do Araguaia

Unidades de Atendimento e Leitos - 1994/97

Estabelecimentos	Número	
	1994	1997
Posto de saúde	-	0
Centro de Saúde	-	0
Leitos	-	30
Unidade Mista	-	0
Hospital e Clínica	-	1
Posto de Assistência Médica	-	0
Unidade de Referência e Reabilitação Física	-	0
Unidade Móvel	-	0
Laboratório	-	0
Unidade Odontológica	-	0
Policlínica	-	-
Maternidade	-	-
Pronto Socorro	-	-
Outros	-	0

Fonte: SESPA ; Elaboração: IDESP/CEE

Taxa De Natalidade, Mortalidade e Mortalidade Materna, Infantil e Fetal -1995-96

Especificação	Número		Taxa	
	1995	1996	1995	1996
Nascidos Vivos	18	26	2.90	4.00
Número de Óbitos	8	3	1.30	0.50
Mortalidade Materna	0	0	0.00	0.00
Mortalidade Infantil	1	1	55.60	38.50
Mortalidade Fetal	0	0	0.00	0.00

Fonte: SESPA ; Elaboração: IDESP/CEE

Morbidade - 1995-96

Especificação	Número	
	1995	1996
Tuberculose	1	1
Hanseníase	0	0
Doença Meningocócica	0	0
Menigite Não Meningocócica	0	0
Leishmaniose	0	0
Hepatite Infecciosa	0	0
Febre Tifóide	0	0

Especificação	Número	
Leptospirose	0	0
Esquistossomose	0	0
Febre Amarela	0	0
Doença de Chagas	0	0
Malária	158	118
Doença Diarréica	0	0
Cólera	0	0
Coqueluche	0	0
Difteria	0	0
Tétano	0	0
Sarampo	0	0
Raiva Humana	0	0
Poliomielite	0	0
Dengue	0	0

Fonte: SESPA ; Elaboração: IDESP/CEE

4.9.4 Educação

(1) Município de Marabá

Número de Estabelecimentos por Esfera e Graus de Ensino 1994-98

Anos/ Graus	Números de Estabelecimentos				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1994					
1º Grau	-	68	159	9	236
2º Grau	-	10	0	2	12
1995					
1º/2º Graus	-	246
1996					
1º Grau	-	69	172	18	259
2º Grau	-	12	0	3	15
1997					
Ensino Fund.	-	65	178	18	261
Ensino Médio	-	16	0	4	20
1998					
Ensino Fund.	-	56	207	24	287
Ensino Médio	-	16	2	4	22

Fonte: SEDUC ; Tabulação: SEPLAN / Estatística

(2) Município de São João do Araguaia

Número de Estabelecimentos por Esfera e Graus de Ensino 1994/96

Anos/Graus	Número de Estabelecimentos				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1994					
1º Grau	-	26	26	-	52
2º Grau	-	1	-	-	1
1996					
1º Grau	0	25	33	0	58
2º Grau	0	1	0	0	1

Fonte: SEDUC ; Tabulação: IDESP/CEE

(3) Município de São Domingos do Araguaia

Número de Estabelecimentos por Esfera e Graus de Ensino 1994/96

Anos/ Graus	Número de Estabelecimentos				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1994					
1º Grau	-	20	37	-	57
2º Grau	-	1	-	-	1
1996					
1º Grau	0	20	45	0	65
2º Grau	0	1	0	0	1

Fonte: SEDUC; Tabulação: IDESP/CEE

(4) Município de Brejo Grande do Araguaia

Número de Estabelecimentos por Esfera e Graus de Ensino 1994/96-97

Anos/ Graus	Número de Estabelecimentos				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1994					
1º Grau	0	7	24	0	31
2º Grau	0	1	0	0	1
1996					
1º Grau	0	6	26	0	32
2º Grau	0	1	0	0	1
1997					
1º Grau	0	5	25	0	30
2º Grau	0	0	0	0	0

Fonte: SEDUC; Tabulação: IDESP/CEE

(5) Município de Palestina do Pará

Número de Estabelecimentos por Esfera e Graus de Ensino 1994/96

Anos/ Graus	Número de Estabelecimentos				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1994					
1º Grau	-	5	13	-	18
2º Grau	-	1	-	-	1
1996					
1º Grau	0	5	13	0	18
2º Grau	0	1	0	0	1

Fonte: SEDUC ; Tabulação: IDESP/CEE

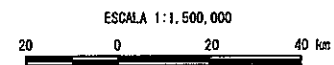
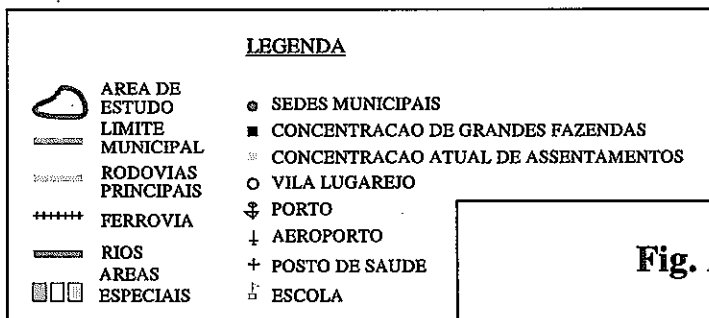
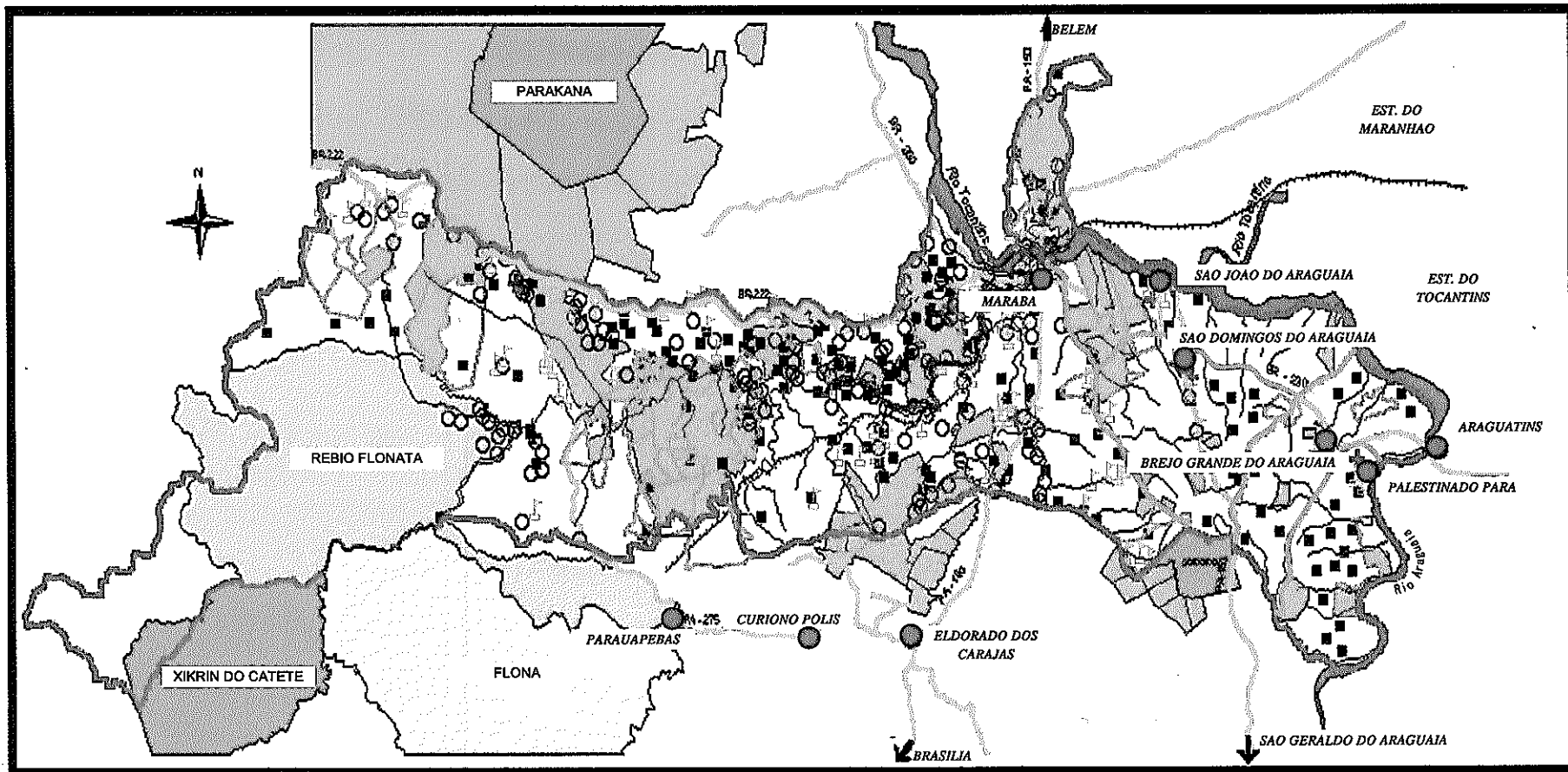


Fig. A4.3-1 Mapa da Infra-estrutura Social da Área de Estudo

Referências Bibliográficas

1. Novos Municípios Paraenses, IDESP, 1993.
2. Estatísticas Socioeconômicas do Marabá, IBGE, 2000.
3. Informações Políticas e Socio-Econômicas dos Municípios Paraenses, Coordenadoria de Estatística Estadual, Pará, 1987.
4. Plano de Desenvolvimento de Marabá.
5. Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Marabá 1999/2002 Município de Marabá.
6. Pelas Trilhas de Marabá, Chromo Arte Editoria, 1998.
7. As Origens de Marabá Volume 1, Chromo Arte Editoria, 1998.
8. Carajás - História e Perspectivas, Cadernos de Educação, 1998.
9. Relatório de Atividades, ITERPA, 1999.
10. Secretaria Especial de Produção PPA 2000-2003, ITERPA.
11. Recherche Sur Probleme Foncier de Marabá (Thema de Doctorate), LASAT, 2000.